

Nome da Empresa: **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS  
SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)**

PROJETO:

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRA/IICA/03/005 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

NÚMERO DO CONTRATO: **205037**

TEMA: **SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

OBJETIVO DA CONSULTORIA: **DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE  
INFORMAÇÕES SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO**

NÚMERO DE PRODUTOS ELABORADOS: **2/4**

**PRODUTO 2 – ELABORAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO,  
CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS FONTES E SUBFONTES**

Setembro de 2005

## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>03</b>
<b>ESBOÇO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES</b>	<b>04</b>
<b>1. CONCEPÇÃO</b>	<b>04</b>
<b>2. ESCOPO</b>	<b>05</b>
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>3.1 CATÁLOGO DE VARIÁVEIS</b>	<b>07</b>
<b>3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>08</b>
<b>3.3 OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>3.4 INFORMAÇÕES RELACIONADAS</b>	<b>08</b>
<b>4. TECENDO A REDE</b>	<b>09</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>12</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>13</b>
<b>ANEXO I - PROPOSTA DE TEMAS E CONTEÚDOS PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÕES</b>	<b>14</b>
<b>ANEXO II – FONTES E SUBFONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO</b>	<b>23</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O presente relatório técnico faz parte do “*Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/03/005 – Participação Social*”, realizado através do Contrato de Prestação de Serviços entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) (Contrato de Prestação de Serviços n. 205037).

Este produto, intitulado de *Elaboração da identificação, caracterização e descrição das fontes e subfontes*, traz a proposta do cadastro de informações do meio rural brasileiro, identificando as variáveis, abrangência, cruzamentos disponíveis, bem como, as possibilidades e formas de apresentação dos dados que serão disponibilizados no *Sistema de Informações* que está sendo elaborado, cujo esboço da proposta segue abaixo.

## **ESBOÇO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

### **1. CONCEPÇÃO**

O sistema de informações sobre o meio rural em sua versão informatizada estará disponível em ambiente *web* e será *orientado a catálogo*, isto é, privilegiará o *registro e recuperação do cadastro de variáveis*, mais do que o *tratamento dos dados*. Isso significa atender aos seguintes requisitos:

- (i) apresentar uma interface apropriada para a caracterização completa (*descrição*) das variáveis e informações inter-relacionadas, permitindo em particular o registro da *localização* do dado ou informação;
- (ii) armazenar a descrição das variáveis e informações (catálogo) e, eventualmente, os dados (em formato de série histórica), quando não estiverem disponíveis na internet e for adequado para a manipulação imediata;
- (iii) fornecer formas de consulta que permitam obter partes do catálogo segundo as características desejadas;
- (iv) permitir visualização de detalhes e impressão dos resultados das consultas;
- (v) permitir visualização dos dados, quando disponíveis na internet ou no banco de dados;
- (vi) permitir exportação dos dados em formato texto delimitado, de forma a que possam ser *tratados* (isto é, *manipulados e formatados*) em planilha ou outro aplicativo.

O sistema de informações deve ser entendido como em constante processo de evolução, tanto em termos de *conteúdo* como de *estrutura*. O conteúdo é o que se refere à quantidade de informações que se quer cadastrar e acompanhar, que cresce ao longo do desenvolvimento e após a entrega do sistema. A estrutura se refere à rede de relacionamento das informações e aos requisitos de uso, que para o projeto em questão têm um escopo definido, sem prejuízo de possíveis incrementos em projetos futuros.

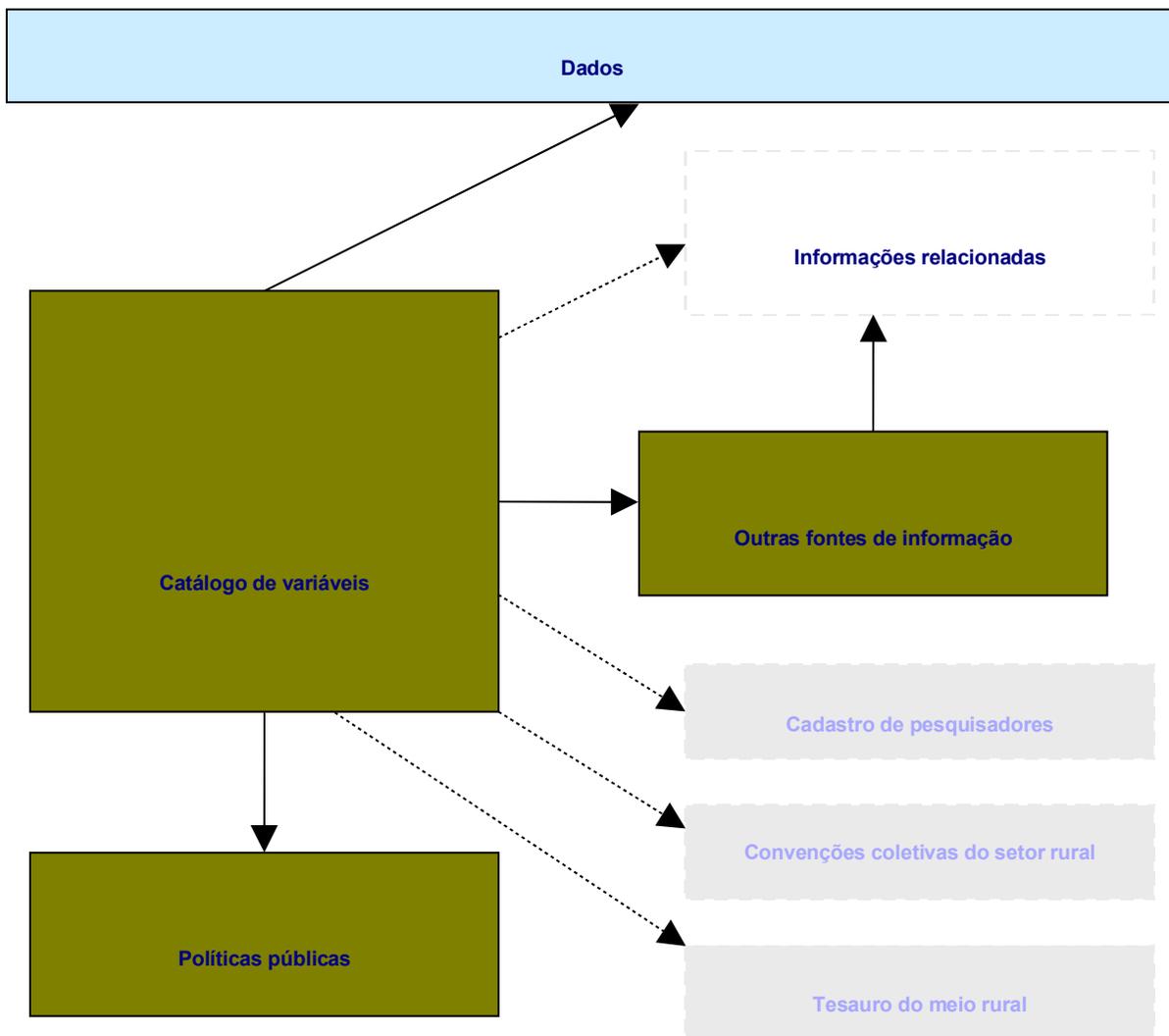
## **2. Escopo**

A proposta de escopo do projeto atual do sistema, além do atendimento aos requisitos de uso listados acima, é o desenvolvimento de um núcleo principal, que é o catálogo de variáveis, associado ao cadastramento de políticas públicas e outras fontes de informação relacionadas. O conteúdo do catálogo de variáveis será fundamentalmente o apresentado nesse relatório. O restante das informações do núcleo principal será apresentado ao longo do projeto.

As outras fontes catalogadas, por sua vez, podem dar origem ao cadastramento de produção técnica a respeito do tema, em forma de documentos, artigos, relatórios, periódicos, teses, dissertações, etc. O sistema deverá estar preparado para o registro desse tipo de conteúdo, que não necessariamente será acrescentado no tempo do projeto.

Em termos de estrutura, uma possibilidade futura seria permitir o cadastro de pesquisadores do meio rural, que poderiam trocar informações e arquivos. Outra seria o registro de convenções coletivas do setor. Um terceiro poderia ser a criação de um tesouro do meio rural, por meio do qual a indexação da informação poderia ser feita de forma controlada.

A figura a seguir mostra o escopo proposto e uma possível evolução futura:



**Legenda**

- Dados disponíveis em localizações diversas
- Núcleo principal – sistema e conteúdo entregues no prazo do projeto
- Núcleo principal – sistema entregue, conteúdo incrementado no futuro
- Sugestão de ampliação de estrutura para projetos futuros

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Segue a estrutura da informação do núcleo principal.

#### **3.1 CATÁLOGO DE VARIÁVEIS**

Nome da variável

Fonte produtora

Subfontes (pesquisas/departamentos/publicações)

Tipo (tabela ou série histórica)

Forma de apresentação (publicação impressa, internet, intranet, banco de dados)

Início da série

Fim da série

Localização

Periodicidade

Abrangência geográfica

Tema

Grande grupo

Identificador numérico

Valores em... [R\$, m2, número absoluto...]

Níveis de desagregação

Notas

Observações Gerais

Data da última atualização

### **3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nome

Descrição

Localização

### **3.3 OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO**

Nome

Descrição

Localização

### **3.4 INFORMAÇÕES RELACIONADAS**

Título

Fonte produtora

Descrição

Localização

Identificador numérico

Autor

Contribuidor

Tipo (artigo, relatório, livro, periódico, tese, dissertação...)

Ano de produção

Cobertura espacial

Cobertura temporal

Formato

Língua

Palavras-chave

#### **4. TECENDO A REDE**

Analisando a informação disponível, é possível perceber que as variáveis se agrupam de acordo com diversos itens de agregação: fontes, temas, grandes grupos, políticas públicas, capítulos e temas do Anuário, por exemplo, se entrecruzam numa estrutura que não permite o relacionamento das informações segundo uma única hierarquia, pois esses itens não se subordinam necessariamente uns aos outros.

Assim, o caminho natural é a catalogação independente dos itens de agregação, e o estabelecimento posterior dos relacionamentos entre eles e as variáveis. Dentro dessa lógica, uma ordem possível para inclusão do conteúdo seria:

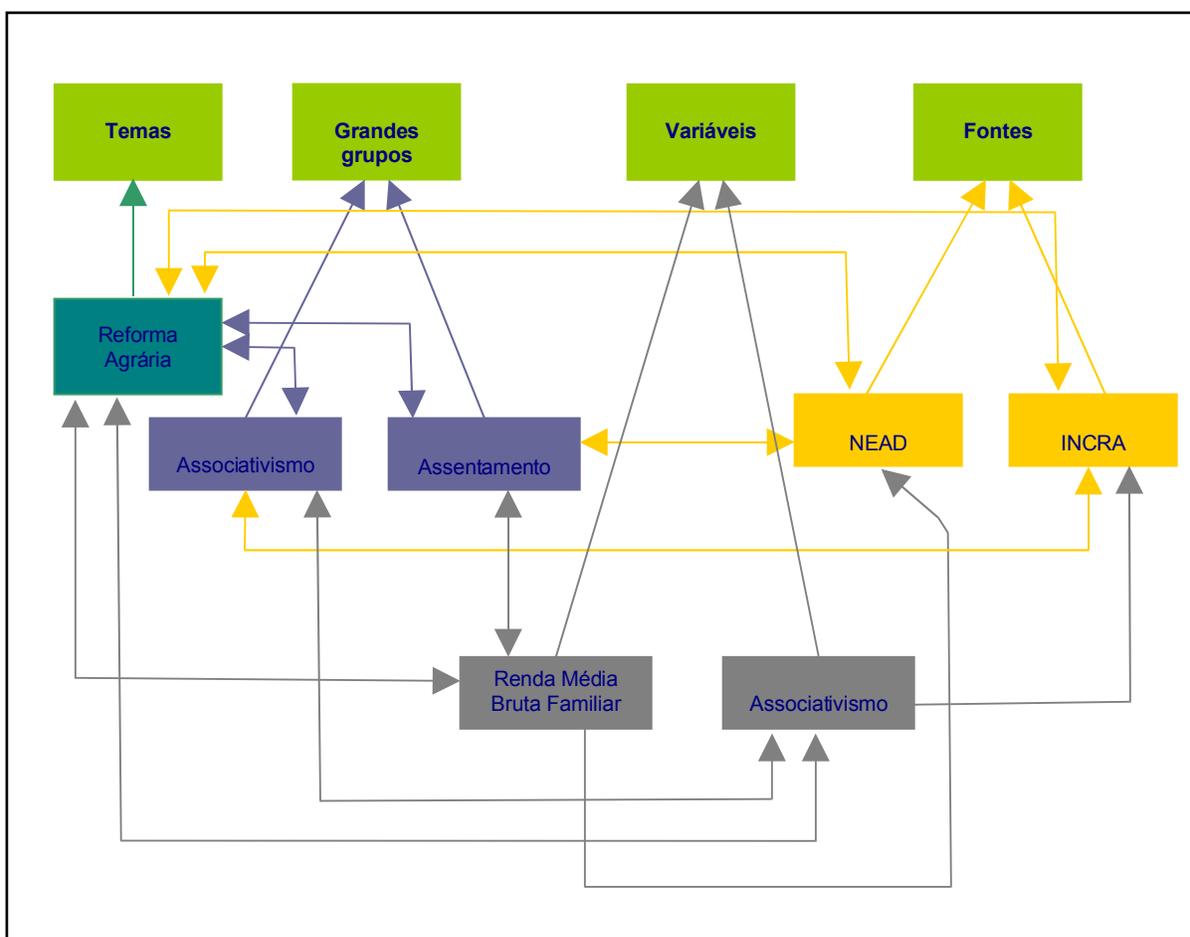
- (i) catalogação dos temas
- (ii) catalogação das fontes
- (iii) catalogação dos grandes grupos
- (iv) catalogação das variáveis
- (v) catalogação das políticas públicas
- (vi) catalogação da estrutura do Anuário

Como exemplo, vejamos como poderia ser a organização de um conteúdo para o tema da Reforma Agrária:

- (i) catalogação do tema Reforma Agrária;
- (ii) catalogação do NEAD e do INCRA (fontes produtoras) e associação desses com o tema da Reforma Agrária;

- (iii) catalogação dos grandes grupos Assentamento e Associativismo e associação desses com o tema da Reforma Agrária e com as fontes NEAD e INCRA, respectivamente;
- (iv) catalogação da variável Renda Média Bruta Familiar Mensal e associação dessa com o tema da Reforma Agrária, a fonte NEAD e o grande grupo Assentamento;
- (v) catalogação da variável Associativismo e associação dessa com o tema da Reforma Agrária, a fonte INCRA e o grande grupo Associativismo.
- (vi) [... catalogação das demais variáveis];
- (vii) catalogação das políticas públicas associadas à Reforma Agrária e eventual associação aos grandes grupos Assentamento e Associativismo.

A figura abaixo mostra um resultado parcial desse processo:



As ligações visíveis significam possibilidades de recuperação da informação segundo determinado recorte. Assim, é possível recuperar as variáveis tanto pelo recorte Tema, como Grandes Grupos, como Fontes. Também é possível

recuperar as Fontes tanto por Tema como por Grandes Grupos. E os Grandes Grupos, por sua vez, estão ligados aos Temas. O caminho inverso também pode ser percorrido: dada uma variável, sabemos a qual Grande Grupo, Tema ou Fontes ela está associada.

Além dessa estrutura flexível, o sistema permitirá consultas segundo atributos das variáveis, como o nome, a abrangência geográfica, a periodicidade, etc.

O resultado da consulta será uma lista de variáveis, com links para detalhamento, conforme o exemplo a seguir (apenas para efeito ilustrativo):

<p><b>Consulta por</b></p> <p><b>Tema:</b> Estrutura Fundiária <b>Abrangência geográfica:</b> Municípios <b>Forma de apresentação:</b> Publicação Internet</p> <p><b>Resultado:</b> 2 variáveis</p> <p><a href="#">Área Total e Áreas Exploráveis Imóveis com Declaração de Efetivo Pecuário</a></p>
--

Cada uma das linhas poderá ser detalhada clicando-se no link. Por exemplo, o detalhamento de Área Total e Áreas Exploráveis seria:

<p><b>Nome da variável:</b> Área Total e Áreas Exploráveis <b>Fonte:</b> INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <b>Subfonte:</b> Estatísticas Cadastrais <b>Tipo:</b> tabela <b>Forma de apresentação:</b> Publicação internet <b>Início da série:</b> 1998 <b>Fim da série:</b> 1998 <b>Localização:</b> <a href="http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/tab1-1.htm">http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/tab1-1.htm</a> <a href="http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/tab1-2.htm">http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/tab1-2.htm</a></p> <p><b>Periodicidade:</b> <b>Abrangência geográfica:</b> Municípios <b>Tema:</b> Estrutura Fundiária <b>Grandes Grupos:</b> Características Gerais - Imóvel <b>Identificador numérico:</b> <b>Valores em:</b> Números absolutos e ha <b>Níveis de desagregação:</b> Categoria do Imóvel Classes de Área Total Classes de Número de Módulos Fiscais de Área Explorável</p>
---

Classes de Número de Módulos Fiscais de Área Total  
Classes de Percentual de GUT

**Notas:** O número de imóveis inconsistentes excluídos é dado por município

**Observações Gerais:**

**Data da última atualização:**

Por sua vez, os links em Localização, quando for o caso, apontam para o dado propriamente dito.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O esboço do sistema de informações sobre o meio rural brasileiro em versão informatizada, para ser disponível em ambiente *web* buscou apresentar as principais características da estrutura que está sendo pensada para o sistema. A presente proposta deverá de discutida e aprovada pela equipe do NEAD.

O anexo I desse relatório apresenta a proposta preliminar dos conteúdos dos campos das variáveis e fontes de informação que irão compor o sistema de informações sobre o meio rural brasileiro. O levantamento preliminar das fontes e subfontes que foram selecionadas nessa primeira etapa do projeto, encontra-se no anexo II. Cabe ressaltar que as fontes e subfontes de informações aqui apresentadas já foram encaminhadas ao NEAD através do relatório técnico 2/3 do “Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/03/005 – Participação Social (NEAD II)” realizado através do contrato de prestação de serviços n. 204030.

## ANEXOS

## ANEXO I

# **PROPOSTA DE TEMAS E CONTEÚDOS PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

## **TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE**

### **INDICADORES SOBRE A ÁREA TERRITORIAL RURAL DO BRASIL E DAS UNIDADES FEDERATIVAS:**

- áreas rural e total;
- área destinada à reforma agrária;
- em regularização fundiária;
- em processo de desapropriação;
- em titularização;
- em reassentamento;
- área dos assentamentos;
- áreas demarcadas ou em demarcação do território indígena;
- áreas demarcadas ou em demarcação das comunidades quilombolas;
- estrutura fundiária (minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades);
- Área dos imóveis rurais (minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades).

### **INDICADORES SOBRE A QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE:**

- áreas de preservação total;
- área inaproveitável;
- reservas legais;
- áreas de preservação permanente;
- recursos hídricos ;
- estações ecológicas.

## **INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS**

### **INDICADORES SOBRE A POPULAÇÃO RURAL E SEUS ATRIBUTOS PESSOAIS:**

- população total, rural, dos assentamentos e da agricultura familiar por sexo, idade, gênero, raça/cor, alfabetização, classe de rendimento, filhos nascidos vivos, anos de estudo;

- população dos municípios com menos de 20.000 habitantes: por sexo, idade, gênero, raça/cor;
- característica do domicílio rural: situação do domicílio, características dos moradores, rendimento médio.

## **INDICADORES SOCIAIS (EDUCAÇÃO, SAÚDE E RENDA) DA POPULAÇÃO RURAL:**

### **Educação**

- anos de estudo da população;
- taxa de analfabetismo;
- Nível de rendimento dos ocupados segundo anos de estudo.

### **Condições de Vida E Saúde**

- número de contribuintes para Previdência;
- contribuintes da Previdência segundo atributos pessoais;
- total de benefícios e benefícios emitidos;
- população coberta pela seguridade social;
- esperança de vida ao nascer;
- mortalidade infantil;
- domicílios com equipamentos básicos e outros bens duráveis.

### **Salário Mínimo, Cesta Básica e Renda:**

- evolução do valor nominal e real do salário mínimo;
- salário mínimo necessário do DIEESE;
- valor da cesta básica;
- tempo de trabalho necessário para comprar a cesta básica;
- distribuição pessoal da renda do trabalho;
- repartição do PIB entre trabalho, capital e administração pública.

## **TRABALHO E REMUNERAÇÃO**

### **INDICADORES SOBRE O TRABALHO RURAL E O PERFIL DO TRABALHADOR RURAL**

- população total e rural segundo condição de ocupação;
- população total e rural segundo atributos pessoais;
- população total e rural ocupada segundo atributos pessoais;

- população total e rural ocupada ramos e setor de atividade econômica;
- população total e rural ocupada segundo local do estabelecimento do trabalho principal;
- grupo de horas trabalhadas na semana por ramo de atividade;
- grupo de horas trabalhadas na semana por posição na ocupação;
- acidentes de trabalho: número de acidentes, tipo de acidente.

#### **INDICADORES SOBRE A REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL**

- rendimento médio e mediano;
- distribuição dos trabalhadores segundo classe de rendimento;
- classe de rendimento segundo atributos pessoais;
- classe de rendimento segundo posição na ocupação;
- classe de rendimento segundo ramos de atividade econômica;
- classe de rendimento segundo grupo de horas trabalhadas na semana;
- proporção do rendimento do trabalho no rendimento domiciliar;
- pisos salariais das categorias rurais.

#### **INDICADORES SOBRE CONFLITO NO CAMPO, TRABALHO ESCRAVO, OCUPAÇÃO DA TERRA E ACAMPAMENTO**

- número de conflitos no campo;
- número de assassinatos;
- pessoas envolvidas nos conflitos;
- número de hectares em conflito;
- trabalho escravo: número de conflitos;
- trabalho escravo: número de assassinatos;
- trabalho escravo: número de pessoas envolvidas;
- número de trabalhadores na denúncia do trabalho escravo;
- trabalho escravo: número de libertos;
- ocupação da terra: área ocupada;
- ocupação da terra: número de famílias;
- ocupação da terra: total de imóveis ocupados.
- acampamento: número de acampamentos;
- acampamento: número total de famílias envolvidas.

## **INDICADORES SINDICAIS**

### **INDICADORES SOBRE SINDICATOS RURAIS**

- número de sindicatos rurais de trabalhadores: tipo de inserção na agropecuária;
- número de sindicatos rurais de trabalhadores: serviços prestados aos associados;
- número de sindicatos rurais de trabalhadores: cursos de qualificação oferecidos;
- número de sindicatos rurais de trabalhadores: número de associados;
- número de sindicatos rurais de trabalhadores: número de delegados;
- número de sindicatos rurais de trabalhadores: filiação a Central Sindical;
- número de sindicato de empregadores: número de associados;
- número de sindicato de empregadores: grupos profissionais;
- número de sindicato de empregadores: grupos econômicos;
- negociações coletivas realizadas pelos sindicatos urbanos e rurais: tipo de sindicato;
- negociações coletivas realizadas pelos sindicatos urbanos e rurais: natureza de negociação.

## **INDICADORES ECONÔMICOS E AGROPECUÁRIOS**

### **INDICADORES ECONÔMICOS BRASIL**

- PIB e PIB per capita;
- crescimento real anual;
- crescimento da população;
- taxas reais de variação anual do PIB por setor de atividade econômica;
- saldo da balança comercial;
- importações;

- exportações;
- destinos das exportações e importações;
- taxa de câmbio comercial;
- carga tributária;

#### **INDICADORES SOBRE DESEMPENHO DA ECONOMIA AGROPECUÁRIA**

- desempenho do PIB Rural;
- PIB da agricultura familiar;
- importação de produtos agrícolas;
- exportação de produtos agrícolas;
- ICMS sobre produtos agrícolas;
- imposto territorial rural;
- alíquotas incidentes sobre produtos agropecuários (SP);

#### **INDICADORES SOBRE CARACTERÍSTICAS DA TERRA**

- lavoura temporária e permanentes;
- área de pastagem natural ou plantada;
- matas e florestas naturais;
- condição legal da terra;
- terra produtiva não utilizada;
- condição do produtor;
- área plantada;
- preço da terra (terra nua, valor dos imóveis com benfeitorias, aluguel de pastos e arrendamento etc).

#### **INDICADORES SOBRE PRODUÇÃO E TECNOLOGIA NO SETOR AGROPECUÁRIO**

- tipo e finalidade da produção;
- valor da produção e total produzido;
- maquinário utilizado segundo tipo de produção;
- evolução da produção e venda de máquinas agrícolas;
- exportação de máquinas agrícolas;
- vendas de defensivos agrícolas;
- produção de insumos intermediários para fertilizantes.

#### **INDICADORES SOBRE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGRONEGÓCIOS**

- oferta e demanda interna por tipo de produto;

- oferta e demanda externa por tipo de produto;
- área cultivada por tipo de produto por região;
- preços dos produtos agrícolas (mercado interno e externo);
- produção de sementes.

#### **INDICADORES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR**

- PRONAF segundo tipo de contrato;
- PRONAF: número de municípios beneficiados;
- PRONAF: valores do crédito;
- indicadores do PRONAF infra-estrutura por município;
- Distribuição regional dos recursos do PRONAF.

#### **INDICADORES SOBRE CRÉDITO RURAL**

- Crédito Fundiário: Programa Cédula da Terra segundo número de beneficiários;
- Crédito Fundiário: valores do crédito;
- Crédito Rural: tipo de financiamento concedido por setor de atividade;
- Crédito Rural: fonte de recursos;
- Crédito Rural: valor dos créditos;
- Crédito Rural: contrato;
- Crédito Rural: financiamento rural por área financiada e valor;
- Crédito rural do PRONAF por montante, modalidade de crédito, fonte de recursos.

## **PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Fome Zero;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF);
- Reforma Agrária (Novos Assentamentos, Consolidação da Agricultura Familiar, Nossa Primeira Terra, entre outros);
- Desenvolvimento Rural, Conselhos Regionais MIN (ou seja, fóruns regionais das Mesorregiões do Ministério da Integração – MIN);

- Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs – (vinculados ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS) etc.

## ANEXO II

# **FONTES E SUBFONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE O MEIORURAL BRASILEIRO**

## **1. FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**

Site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constitui um dos principais provedores de dados e informações do país, que atendem às necessidades de diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, desempenhando as seguintes funções:

- Produção e análise de informações estatísticas;
- Coordenação e consolidação das informações estatísticas;
- Produção e análise de informações geográficas;
- Coordenação e consolidação das informações geográficas;
- Estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais;
- Documentação e disseminação de informações;
- Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

Durante o período imperial brasileiro, o único órgão voltado exclusivamente às estatísticas, era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o advento da República, o governo ampliou essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes, até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

A carência de uma entidade nacional capacitada a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29.05.36. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais.

Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de pesquisa e disseminação, composta por 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal), 27 Setores de Documentação e Disseminação de Informações (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal) e 533 Agências de Coleta de Dados nos principais municípios.

### **1.1 Subfonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**

Iniciada no segundo trimestre de 1967, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tem como objetivo a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Seus resultados foram apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970 e, em 1971, tais levantamentos - realizados no último trimestre de cada ano investigado - passaram a ser anuais.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios, que investiga diversas características socioeconômicas, algumas de caráter permanente – características da população, educação, trabalho, rendimento e habitação –, e outras com periodicidade variável: características sobre migração, saúde e outros temas, incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

Ressalta-se que em 1970, 1980, 1991 e 2000, a pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos. Também em 1974 e 1975, o levantamento de caráter permanente da PNAD foi interrompido, devido à execução de uma pesquisa especial, denominada de Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, gerando, com isso, uma série histórica de indicadores de caráter permanente. Em 1987, incorporou-se a investigação sobre raça/cor.

Através de pesquisas suplementares foram investigados e/ou aprofundados outros temas: saúde, em 1981; educação, em 1982; mão-de-obra e previdência, em 1983; fecundidade feminina, em 1984; situação das crianças (“do menor”), em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo, em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia, em 1988; e trabalho, em 1989 e 1990.

Em 1992, além das informações investigadas de caráter permanente, coletaram-se informações sobre migração, fecundidade e nupcialidade;

abrangência que se manteve nos anos de 1993 e 1995. Em 1996, para possibilitar a inclusão do tema suplementar mobilidade social, foram retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade) suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999, foi excluído o tema saúde e foram mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998.

Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio, e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi incluída pesquisa suplementar sobre trabalho das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Em 2002, foram retirados esses temas e aspectos agregados para a investigação da pesquisa suplementar sobre trabalho infantil de 2001, e voltou a ser pesquisado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos.

A partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma a possibilitar, por meio da realocação de parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar) passaram a ser adotadas para a classificação de ocupações e atividades investigadas na PNAD.

A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Iniciada em 1967, na área que hoje compreende o estado do Rio de Janeiro, ao final daquela década, a pesquisa já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971 nas áreas que abrangem o atual estado do Rio de Janeiro, o estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973 cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Essa cobertura foi mantida até 1979.

Em 1981 a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001 e 2002, essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o país, com exceção da área rural daquelas seis Unidades da Federação.

Em 1988, o antigo estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais estados de Goiás e Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Tais alterações foram incorporadas somente a partir da PNAD de 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

Visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos a partir de 1992, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referem-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do estado de Tocantins, única unidade da Federação dessa

Grande Região onde o levantamento não se restringiu às áreas urbanas. Entretanto, os resultados referentes ao estado do Tocantins retratam a sua totalidade, uma vez que agregam informações das áreas urbana e rural.

Ademais as estatísticas apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A comparação dos resultados da PNAD 2001 e 2002 com as décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos censos demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico de 1991 foi mantida nas PNADs realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente no Censo Demográfico 2000 permaneceu para as PNADs dos anos de 2001 e 2002. Conseqüentemente, as estatísticas por situação rural e urbana não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

A partir de 1998, apenas os resultados para o Brasil são divulgados em meio impresso. A divulgação dos resultados para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre passou a ser divulgado exclusivamente em meio magnético.

Além desses resultados, outras informações podem ser processadas por meio dos microdados da pesquisa, obtidos em CD-ROM.

Entre o conjunto de indicadores permanentes captados pela PNAD e disponibilizados pelo IBGE, selecionou-se as tabelas apresentadas a seguir, que agregam informações relevantes para a construção do Anuário do Meio Rural Brasileiro. Optou-se por não numerá-las conforme a publicação, visto que tais marcações apresentam diferenças entre os anos da pesquisa.

Tabelas:

- População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade
- População residente, por cor ou raça, segundo situação do domicílio e sexo
- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade
- População de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo anos de estudo
- Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo o grau e série que freqüentavam
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de anos de estudo

- Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, o sexo e a condição de atividade na semana de referência
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência e valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, segundo a situação de domicílio e as classes de rendimento mensal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência, por sexo, segundo algumas características
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por situação de domicílio e sexo, segundo algumas características
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo e os ramos de atividade do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação no trabalho principal, segundo sexo e local de estabelecimento do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os ramos de atividade do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por

semana no trabalho principal, segundo a atividade e a posição na ocupação no trabalho principal

- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo sexo e os ramos de atividade do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de ocupação do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal do trabalho principal, segundo o sexo e os ramos de atividade do trabalho principal
- Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria e sexo, segundo os ramos de atividade do trabalho principal
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade no período de referência de 365 dias e sexo, segundo a situação de domicílio e os grupos de idade
- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência e atividade no trabalho principal da semana de referência, segundo o sexo e os ramos de atividade do trabalho principal do período de referência de 365 dias
- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas, por período de referência e atividade no trabalho principal do período, segundo o sexo e os grupos de idade

- Pessoas de 18 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato, por tipo de sindicato e sexo, segundo algumas características
- Mulheres de 15 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos, nascidos vivos, nascidos mortos e que estavam vivos, por sexo, segundo situação do domicílio e os grupos de idade das mulheres
- Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal familiar
- Domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar
- Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio
- Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio
- Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio
- Moradores em domicílios particulares e permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio

Optou-se por organizar todas as variáveis disponíveis nesse plano tabular, com o intuito de facilitar a visualização e perceber o grau de detalhamento dos levantamentos realizados.

Serão apresentadas as variáveis com desagregação tanto para o meio rural como para o urbano, possibilitando assim, uma comparação dos resultados verificados, com o objetivo de encontrar as principais semelhanças ou diferenças entre tais segmentos.

**- População residente**

- Total
- Sexo
- Grupos de idade
- Cor ou raça

**- Pessoas de 5 anos ou mais de idade**

- Total
- Sexo
- Alfabetização
- Grupos de idade

**- Estudantes de 5 anos ou mais de idade**

- Total
- Sexo
- Grau que freqüentavam
- Série que freqüentavam

**- Pessoas de 10 anos ou mais de idade**

- Total
- Sexo

- Anos de estudo
- Classes de rendimento mensal
- Rendimento médio mensal
- Condição de atividade na semana de referência
- Grupos de idade
- Grupos de anos de estudo
- Rendimento médio mensal
- Condição de atividade no período de referência de 365 dias
- Grupos de idade

**- Pessoas economicamente ativas na semana de referência**

- Sexo
- Classes de rendimento mensal
- Rendimento médio mensal

**- Pessoas ocupadas na semana de referência**

- Sexo
- Grupos de idade
- Cor ou raça
- Naturalidade em relação ao município
- Grupos de idade em que começaram a trabalhar
- Associação a sindicato

**- Mulheres de 15 anos ou mais de idade**

- Total
- Que tiveram filhos
- Grupos de idade

**- Filhos**

- Total
- Sexo
- Grupos de idade
- Nascidos vivos
- Nascidos mortos
- Que estavam vivos

**- Famílias residentes em domicílios particulares**

- Total
- Classes de rendimento mensal familiar
- Rendimento médio mensal familiar

**- Domicílios particulares**

- Total
- Classes de rendimento mensal familiar
- Rendimento médio mensal familiar

**- Domicílios permanentes**

- Classes de rendimento mensal domiciliar
- Alguns bens duráveis existentes no domicílio
- Algumas características do domicílio

**- Moradores em domicílios particulares permanentes**

- Total
- Classes de rendimento mensal domiciliar
- Alguns bens duráveis existentes no domicílio

- Algumas características do domicílio

Na seqüência, como indicativo das possibilidades do sistema, serão apresentadas as variáveis que melhor caracterizam os postos de trabalho da população ocupada (inclusive, portanto, a população rural). Embora sem abertura para o meio rural, tais variáveis possuem desagregação por atividade do trabalho principal (agrícola e não agrícola), ramo de atividade do trabalho principal (agrícola etc.), entre outras.

**- Pessoas de 5 anos ou mais de idade**

- Ocupadas na semana de referência
- Sexo
- Grupos de idade
- Atividade no trabalho principal
- Ocupadas no período de referência de 365 dias
- Sexo
- Grupos de idade
- Atividade no trabalho principal

**- Pessoas de 10 anos ou mais de idade**

- Ocupadas na semana de referência
- Sexo
- Ramos de atividade do trabalho principal
- Posição na ocupação no trabalho principal
- Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal
- Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal
- Classes de rendimento mensal do trabalho principal

- Grupos de ocupação do trabalho principal
- Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal
  
- Atividade no trabalho principal
  - Posição na ocupação no trabalho principal
  - Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal
  
- **Pessoas de 10 anos ou mais de idade<sup>1</sup>**
  - Ocupadas na semana de referência
  - Sexo
  - Local de estabelecimento do trabalho principal
  - Posição na ocupação no trabalho principal
  
- **Empregados de 10 anos ou mais de idade<sup>2</sup>**
  - Sexo
  - Ramos de atividade do trabalho principal
  - Categoria do emprego
  
- **Pessoas de 18 anos ou mais de idade**
  - Ocupadas no período de referência de 365 dias
  - Sexo
  - Associadas a sindicato (tipo de sindicato)
  - Grupos de idade
  - Grupos de anos de estudo

---

<sup>1</sup> Exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para uso próprio.

<sup>2</sup> Exclusive militares e funcionários públicos estatutários.

- Ramos de atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias
- Classes de rendimento mensal

O levantamento de informações sobre o MEIO RURAL BRASILEIRO iniciou-se pela sistematização dos dados da PNAD, do IBGE, mas não se limitou a ela. Dando continuidade ao trabalho de sistematização, vem sendo realizado um treinamento com os técnicos responsáveis pelo levantamento, no sentido de inserir corretamente outras possíveis informações na planilha eletrônica proposta e, na medida do desenvolvimento dessa etapa, ir implementando os ajustes necessários para completar o sistema de informação.

## **1.2 Subfonte: Censo Demográfico**

O Censo Demográfico, do IBGE, é uma das principais fontes de informação para a análise e o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade nacional, produzindo uma série de dados fundamentais para o conhecimento da dinâmica populacional, subsidiando, inclusive a orientação de políticas públicas. Abrangendo a totalidade dos municípios e localidades brasileiros, difere-se substancialmente das demais pesquisas domiciliares que, por serem levantamentos amostrais, perdem representatividade para tais níveis geográficos.

O Censo Demográfico 2000 , realizado no período de 01.08 a 30.11.00, abrangeu as pessoas residentes em domicílios do Território Nacional na data de referência.

As embaixadas, consulados e representações do Brasil no exterior são considerados Território Nacional, porém não foram incluídos no Censo.

Atualmente, a maioria dos funcionários brasileiros reside em domicílios fora das representações diplomáticas.

As informações são coletadas de duas maneiras, sendo que a primeira se refere ao total da população e a segunda, a uma amostra dessa população.

### **1.3 Censo Demográfico - Universo**

Os resultados do universo retratam as características básicas dos domicílios e das pessoas que foram investigadas, disponibilizando informações desagregadas por sexo, grupos de idade, situação do domicílio, entre outras.

Foi aplicado um questionário básico, que continha a investigação de características gerais do domicílio e dos seus moradores.

### **1.4 Censo Demográfico - Amostra**

Os resultados referentes ao levantamento amostral revelam com maior detalhamento as características desses domicílios, agregando, inclusive, informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

O questionário aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra continha, além da investigação contida no questionário básico, outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

A seleção da amostra baseou-se nos seguintes princípios:

- nos municípios com até 15 mil habitantes, considerando-se a população projetada para o ano 2000, em um a cada cinco domicílios (20% do total) aplicou-se o questionário da amostra;

- nos municípios com população acima de 15 mil habitantes, a proporção foi de 10%, ou seja, o questionário da amostra foi aplicado em um a cada dez domicílios.

### **1.5 Subfonte: Censo Agropecuário**

Através do Censo Agropecuário, do IBGE, obtém-se informações sobre a situação econômico-financeira e sobre as atividades relativas à agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericultura, horticultura, floricultura, silvicultura, extração de produtos vegetais e transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários, tendo como unidade de coleta os estabelecimentos agropecuários.

No Censo Agropecuário de 1995-1996, além das atividades citadas acima, procedeu-se ao levantamento complementar da produção particular do pessoal ocupado residente, obtida em terras do estabelecimento, bem como o número de seus animais. Também no Censo Agropecuário foram investigadas as atividades de beneficiamento e transformação exercidas naqueles estabelecimentos agropecuários, excetuando-se as correspondentes às usinas de açúcar, fábricas de polpa de madeira, serrarias e às unidades industriais devidamente licenciadas.

Pela segunda vez, foram divulgadas informações sobre: a finalidade e a origem da assistência técnica; métodos de conservação do solo; a inseminação artificial em bovinos; os depósitos para grãos a granel e embalados; a principal finalidade da criação de suínos; a origem da produção do mel e da cera; a venda de ovos discriminados para consumo e para incubação; os ovos fertilizados; e as receitas com venda de flores, plantas ornamentais e grama, venda de rãs e de esterco.

O destino da produção estocada no estabelecimento foi apresentado pela primeira vez, bem como a quantidade vendida da produção vegetal e indústria rural.

No Censo Agropecuário de 1995-1996, o período de referência para as informações de produção e valores é o intervalo de 01.08.95 a 31.07.96; entre elas, encontram-se informações sobre investimentos, financiamentos, despesas, receitas, produção e outras ligadas ao movimento dos estabelecimentos agropecuários. Os dados sobre propriedade, área, pessoal ocupado, referem-se a 31.12.95; efetivos da pecuária e de lavouras permanentes e da silvicultura referem-se a 31.07.96.

Isso implica, conforme adverte o IBGE, em mudança do período de referência do Censo Agropecuário 1995-1996 (ano agrícola) em relação a censos anteriores (ano civil). Por essa mudança, decidida com base em questões operacionais e técnicas, os resultados do Censo de 1995-1996, não são estritamente comparáveis aos dos censos agropecuários anteriores.

No Censo de 1995-1996, o período de referência para os dados de produção de lavouras permanentes e temporárias, da horticultura, da extração vegetal e da silvicultura foi o de 01.08.95 a 31.07.96; e os dados estruturais (área, pessoal ocupado, maquinaria e infra-estrutura) se referem a 31.12.95, enquanto os de efetivos da pecuária e efetivos da lavoura permanente e de espécies florestais plantadas se referem a 31.07.1996. Já o Censo Agropecuário anterior - o de 1985 - teve como período de referência para os dados de produção o ano civil de 1985 e como data de referência para os dados estruturais, o dia 31.12 do mesmo ano, de forma idêntica ao estabelecido para os censos que lhe antecederam.

Essas diferenças de períodos e datas de referência implicaram em algumas mudanças em relação às informações que os agricultores - das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis pela maior parte da produção agropecuária do País -, prestaram aos recenseadores de 1995-1996, em relação ao que responderam no Censo de 1985. Neste último caso, o questionário do censo se referia à colheita e ao destino da produção do ano civil de 1985 (quase sempre, plantada no segundo semestre de 1984) e às operações de plantio e de cultivo realizados no segundo semestre de 1985, com os respectivos custos de produção, visando à colheita ou produção, não de 1985, mas de 1986. No caso do Censo de 1995-1996, pelo menos nas regiões citadas, o agricultor recenseado prestou informações sobre o plantio e as operações de produção e sobre a colheita e o destino de uma mesma safra (1995-1996). Para uma lavoura temporária, por exemplo, o plantio teria sido realizado, predominantemente, de setembro a novembro de 1995 e a colheita, de abril a junho de 1996. Só essa mudança já introduziu substanciais alterações na natureza dos dados coletados para cada um desses dois censos agropecuários.

A mudança de período de referência teve também impactos sobre o universo captado pelo Censo de 1995-1996. Para entender o que aconteceu, é preciso que se tenha em mente a natureza precária e transitória de um número não desprezível de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Nem todos os estabelecimentos correspondem à imagem que se tem de uma fazenda - com cerca, sede, galpões, estábulos, currais, pastagens, animais, depósitos e outras construções características -, e com gente habitando o local. Na verdade, muitos estabelecimentos têm natureza precária, sendo facilmente identificáveis apenas durante o período entre o plantio e a colheita da safra. Na entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área na safra anterior, e mais freqüentemente do que se imagina, o responsável pela produção não pode ser encontrado na região

em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários, que recebem um pedaço de terra para cultivar, mas que, depois da colheita, devolvem essa terra ao dono, desfazendo o seu vínculo com a mesma. Há arrendatários e parceiros que moram na terra que cultivaram e que têm permissão de explorá-la na safra seguinte; mas também existem muitos que têm um contrato de exploração que termina com a colheita e que não permanecem na terra. E isso não acontece só com pequenos arrendatários ou parceiros; nas operações de formação de pastagens, por exemplo, às vezes áreas extensas são entregues a operadores que mobilizam equipamentos e recursos para sua exploração e, depois da colheita, entregam a terra nua ao proprietário.

Em zonas mais remotas, até proprietários que exploram diretamente a terra, muitas vezes residem longe do estabelecimento e registram presença apenas ocasional no período da entressafra. A presença destes nos estabelecimentos se faz sentir, enquanto há atividades relacionadas a uma dada safra. Mas, quando esta é colhida, na ausência de outras atividades, muitas vezes torna-se extremamente difícil, não só achar quem possa responder às questões do Censo Agropecuário, como até determinar com certeza que em um dado local tenham ocorrido atividades agrícolas no período da safra, ou estabelecer a natureza destas.

Em suma, embora a coleta de dados feita a partir de agosto de 1996 tenha captado informações referentes a uma única safra, o que por si só representa um avanço em relação ao que ocorreu nos censos anteriores, o período de coleta correspondeu à época em que aqueles estabelecimentos de existência temporária, que tiveram produção na safra de 1995-1996, não mais existiam. Com isso, alguns estabelecimentos podem ter escapado à cobertura do universo existente em 31.12.95.

Há, entretanto, outros fatores que certamente contribuíram para a inesperada conformação de alguns resultados do Censo Agropecuário 1995-1996. Dentre estes, destacam-se as transformações que decorreram, principalmente, do acelerado processo de reestruturação e de ajuste da economia, da “urbanização” do meio rural, onde atividades e ocupações não agrícolas emergiram com intensidade, a continuidade da migração rural-urbana, bem como a instituição, em 1988, da aposentadoria para o trabalhador rural e a extensão dos benefícios da previdência social ao campo (FUNRURAL), levando produtores idosos de subsistência a paralisar suas atividades. A política de distribuição de terras, por sua vez, atuou no sentido de atenuar uma maior redução no número de estabelecimentos, assim como induziu muitos proprietários à revisão das dimensões dos seus pressupostos domínios agrários, sobretudo nas áreas de expansão de fronteira agrícola. No processo de reestruturação produtiva, que veio acompanhado da introdução de um vasto leque de inovações tecnológicas, os pequenos empreendedores foram os mais afetados, pois, não dispondo dos recursos para aumentar a produtividade e a eficiência de seus negócios, perderam em competitividade, e foram em muitos casos alijados de suas propriedades e atividades.

Existe, no entanto, uma tabela consolidada pelo próprio IBGE que apresenta o confronto dos resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996, com relação à condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores, efetivos de bovinos, suínos e aves (em números de estabelecimentos). Essa compatibilização é importante, dado que não se podem comparar as demais variáveis do Censo 1995-1996 com os demais censos agropecuários anteriores.

A série histórica mais recente disponível é 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996, e a abrangência geográfica, Brasil, Grandes Regiões, Mesorregiões e Unidades da Federação. Algumas informações aparecem em nível de microrregiões e municípios.

Tabelas:

- Condição do produtor
- Estabelecimentos com informação de uso de assistência técnica e irrigação
- Estabelecimentos por grupos de área total: menos de 10 ha, de 10 a 100 ha, de 100 a 200 ha, de 200 a 500 ha, de 500 a 2.000 ha e mais de 2.000 ha
- Utilização das terras em 31.12.95
- Pessoal ocupado em 31.12.1995
- Maquinaria e veículos existentes em 31.12.1995
- Efetivos de bovinos, suínos e aves em 31.07.1996
- Produção de leite de vaca (em mil litros), leite de cabra (em mil litros), lã (em toneladas) e ovos de galinha (em mil dúzias)
- Valor da produção animal e vegetal (em mil reais)
- Valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas (em mil reais)

### **1.6 Subfonte: Pesquisa Sindical**

A Pesquisa Sindical do IBGE divulga os resultados completos da pesquisa realizada em 2002, que levantou informações sobre a estrutura e o perfil dos sindicatos do País em 2001. Esse levantamento foi realizado em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), juntamente com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

Os objetivos desse retrato são contribuir positivamente para a formulação e implementação de políticas na área de relações de trabalho e para a elaboração de diagnósticos e análises sobre as condições vigentes no sindicalismo brasileiro frente às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na sociedade brasileira, durante os anos 90.

As tabelas divulgadas contemplam um amplo conjunto de informações pesquisadas junto aos sindicatos de empregadores e trabalhadores, urbanos e rurais, que permitem avaliar:

- as transformações da organização sindical brasileira no último decênio, cotejando-se para isso as informações da atual pesquisa com aquela elaborada pelo IBGE em 1992;
- as negociações coletivas das relações de trabalho efetivadas entre sindicatos de trabalhadores e empregadores ou entre sindicatos de trabalhadores e empresas, e as greves realizadas em 2001;
- a representatividade dos sindicatos e a participação dos associados na vida sindical;
- o funcionamento da máquina sindical, abordada a partir da estrutura física dos sindicatos e de sua estrutura organizacional; e
- a filiação a entidades civis, com informações relacionadas à inserção e integração dos sindicatos nos espaços de organização que lhes são próprios, apresentando-se a filiação dos sindicatos a centrais, confederações, federações e entidades civis de estudos, pesquisas e assessoramento técnico.

As tabelas privilegiam a apresentação das informações pesquisadas, segundo a classificação dos sindicatos, de acordo com os tipos, as categorias profissionais e econômicas, sua distribuição entre as Grandes Regiões e Unidades da Federação, e a abrangência da base territorial de representação.

Como a unidade de investigação da pesquisa foi o sindicato, investigaram-se aqueles que se encontravam formalizados até 31.12.2001, a partir de um dos instrumentos relacionados a seguir:

- carta de reconhecimento no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (carta sindical);
- registro sindical no MTE;
- apenas registro em cartório;
- registro em cartório e pedido de registro sindical no MTE.

Para o levantamento das informações dos sindicatos de trabalhadores e de empregadores, urbanos e rurais, utilizou-se um único modelo de questionário, adequando-se ao tipo de sindicato a que pertencia (empregados urbanos, empregadores urbanos ou rurais, profissionais liberais, agentes ou trabalhadores autônomos e trabalhadores rurais).

O preenchimento das informações do questionário foi efetuado por técnicos do IBGE, através de entrevista presencial junto a representantes dos sindicatos, no endereço da sede do sindicato.

Para a classificação das atividades, adotou-se as categorias profissionais e as categorias econômicas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Embora o artigo da CLT que contém essa classificação tenha sido revogado pela Constituição Federal de 1988, a mesma ainda constitui, na atualidade, a base para a emissão do registro sindical pelo MTE. Ressalta-se que a classificação dos sindicatos é instrumento essencial para assegurar a integração entre coleta, análise e divulgação das informações e para permitir análises de evolução. Justifica-se a adoção desta classificação CLT principalmente porque é através dela que os sindicatos identificam as

categorias profissionais ou econômicas que compõem a sua base sindical de representação.

Desta forma, os sindicatos foram classificados em grandes grupos e grupos profissionais ou econômicos, considerando-se a predominância das categorias profissionais ou econômicas em cada sindicato, determinada a partir do número de trabalhadores ou de empresas na base de representação dos sindicatos, associados a cada uma das categorias.

Cabe mencionar que a incorporação de nova categoria profissional ou econômica em agrupamento específico da classificação utilizada no momento da realização da coleta da (elaborada a partir das categorias constantes da CLT) somente ocorreu quando constatada sua existência em pelo menos um sindicato registrado no MTE. Quando verificadas novas categorias profissionais e econômicas em que todos os sindicatos nelas classificados não eram registrados no MTE, optou-se pela inclusão dos mesmos, nas tabelas divulgadas, no agrupamento "categorias não constantes da classificação".

O cadastro que embasou a Pesquisa Sindical 2001 foi constituído pelos sindicatos de trabalhadores e empregadores, selecionados a partir do Cadastro Geral de Empresas do IBGE que, no momento de realização da pesquisa, encontrava-se atualizado pelas informações da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do ano de 2000.

Para atualizar e complementar as informações do Cadastro Geral de Empresas do IBGE, foram consultados e utilizados todos os cadastros para os quais o IBGE pôde ter acesso direto:

- Caixa Econômica Federal (CAIXA) - cadastro do recolhimento da Contribuição Sindical Obrigatória;

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) - cadastro dos sindicatos associados às federações estaduais a ela filiados;
- Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - cadastro dos sindicatos associados a um conjunto de federações estaduais a ela filiados (ES, TO, MT, MS, SC, RN, AL, AM, PE, PI, CE, MG e RJ);
- MTE - cadastro dos sindicatos com pedido de registro sindical no ministério, nos anos de 1999, 2000 e 2001;e
- Cadastro da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária de 1999 e Cadastro da Pesquisa Sindical de 1992, ambos do próprio IBGE.

Além dessas fontes, os técnicos das Agências do IBGE tiveram que recorrer a diversas informações disponíveis visando à localização de novos sindicatos: conhecimento de sua área de atuação, catálogo telefônico, consultas às empresas, dentre outras.

Entre os problemas de coleta enfrentados pela pesquisa, destacam-se alguns, listados a seguir.

Em primeiro lugar, o fato de alguns sindicatos se recusarem a preencher o questionário; estas recusas totalizaram 136 sindicatos, sendo 33% no estado de São Paulo, 19% no Rio Grande do Sul e 11% em Pernambuco.

Em segundo plano, a má qualidade das informações financeiras prestadas pelos sindicatos: por exemplo, sobre as receitas arrecadadas (contribuição sindical obrigatória; contribuição por filiação voluntária; contribuição assistencial e negocial; contribuição confederativa; e outras receitas) e as contribuições e demais despesas efetuadas pelos sindicatos, no ano de 2001, apresentam acentuadas inconsistências.

A análise das receitas arrecadadas pelas entidades sindicais demonstra que um expressivo número de sindicatos informou apenas parcialmente seus itens de receitas e, em alguns casos, simplesmente recusaram-se a fornecê-los. Por outro lado, cotejando-se os valores das receitas e o número de associados ou trabalhadores na base de representação dos sindicatos, observa-se uma flagrante subestimação das receitas. Explica-se então a razão da não divulgação dos valores monetários das receitas e despesas dos sindicatos, no ano de 2001.

Contudo, o IBGE divulga um conjunto de variáveis pesquisadas que permite dimensionar o número de sindicatos que arrecadam a contribuição sindical obrigatória, a contribuição assistencial ou negocial e/ou a contribuição confederativa. Revela ainda, dados com o número de sindicatos que devolvem - espontaneamente ou por requisição do trabalhador - e os que não devolvem a contribuição sindical obrigatória, bem como o número de sindicatos que arrecadam as contribuições assistencial ou negocial e confederativa, segundo a abrangência da arrecadação - de toda a base de representação do sindicato ou somente de seus associados.

Em terceiro lugar, a necessária relativização das informações relacionadas ao número de associados e trabalhadores ou empresas na base. Estas tendem a ser superestimadas, uma vez que, no caso dos trabalhadores ou empresas na base, as informações são obtidas a partir de declaração de dirigente apto ao preenchimento do questionário, tratando-se, na verdade, de percepções do dirigente quanto à dimensão e à representatividade de seus sindicatos.

Quanto ao número de associados, comparando-se, por exemplo, a forma de levantamento das informações na Pesquisa Sindical e na PNAD, observa-se que, enquanto a PNAD pesquisa a associação sindical junto às pessoas

ocupadas no domicílio, a Pesquisa Sindical leva em conta a totalidade dos associados, obtida a partir de informação de dirigente do sindicato, estando aí incluídos os aposentados e os associados vinculados ao sindicato que não estão quites com suas contribuições. Neste particular, observa-se que muitos sindicatos não possuem cadastros atualizados de seus associados.

Por outro lado, tanto as informações referentes ao número de associados quanto, principalmente, aos trabalhadores na base, estão sujeitas a superestimativas derivadas de dupla contagem. Um mesmo indivíduo pode ser computado em duas categorias distintas: é o caso de indivíduos de formação superior que exercem atividade profissional na indústria ou em serviços e que, conseqüentemente, tendem a ser computados em profissionais liberais e em categoria de outro grupo profissional. Por outro lado, um mesmo indivíduo pode ser computado em uma mesma categoria de sindicatos distintos - seja porque há dois sindicatos, numa mesma base, representando a mesma categoria; ou porque há dois sindicatos com abrangência da base territorial distinta, representando a mesma categoria.

Existem informações desagregadas da Pesquisa Sindical a serem disponibilizadas através do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), a ser acessado através do portal do IBGE na internet e de CD-ROM.

## **2. FONTE: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)**

Site: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12.04.90, tendo iniciado suas atividades em 01.01.91.

O surgimento da CONAB representou um passo importante na racionalização da estrutura do Governo Federal, pois se originou da fusão de três empresas públicas: a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente.

A CONAB é a agência oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Sua estrutura é convencional, contando com Presidência, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e três Diretorias Colegiadas (na Matriz): Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DIAFI), Diretoria de Logística e Gestão Empresarial (DIGEM) e Diretoria de Gestão de Estoques (DIGES).

A CONAB atua em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, localizadas nos estados do AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PI, PB, PR, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SP, TO e DF. Vinculadas a elas, existem Unidades Armazenadoras (UA) (exceto a UA de Brasília que está vinculada à DIGES), de Comercialização (UC), Frigoríficas (UF) e de Processamento (UP), para a prestação dos serviços a que se destinam.

A Companhia tem como instrumentos básicos a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), Contrato de Opção, Vendas em Balcão - programa destinado aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte.

Na área social a CONAB atua em parceria com o Projeto Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. A CONAB também atua no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra.

Ressalta-se que nem todas as informações disponibilizadas são produzidas pela CONAB. Muitos dos indicadores são produzidos por outras fontes – federais ou estaduais –, sendo sistematizados novamente pela CONAB, tais como: Fundação Getúlio Vargas (FGV); Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX); IBGE; Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Gestão de Informações (DERAL); Associação Brasileira de Pintos de Corte (APINCO); Associação Paulista de Avicultura (APA); entre outras.

## **2.1 Subfonte: Indicadores da Agropecuária, produzidos a partir de diversas fontes**

Possuindo um dos maiores bancos de dados sobre o setor agropecuário, a CONAB vem, desde 1992, disponibilizando, por meio de uma publicação impressa – e a partir de junho de 1998 também na Internet –, informações referentes à comercialização dos estoques, incluindo-se aqui os instrumentos de política agrícola, como o Contrato de Opção, Programa de Escoamento da Produção (PEP), Valor do Escoamento da Produção (VEP),

Programa de Venda de Balcão, a previsão de safras agrícolas, a oferta e demanda brasileiras, americanas e mundiais, as exportações e importações por países, a balança comercial da agricultura, os preços mínimos dos produtos amparados pela PGPM, os insumos agrícolas e dados relativos à Cesta de Alimentos.

Ainda dando continuidade à difusão de informações demandadas pelo setor agropecuário, dentre o conjunto de indicadores selecionados para compor tal publicação, também são disponibilizadas as Aquisições do Governo Federal (AGF), realizadas mês a mês, por produto e por Unidade da Federação e as Alíquotas de Importação dos principais produtos agropecuários.

### **3. FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)**

Site: [www.bancocentral.gov.br](http://www.bancocentral.gov.br)

O Banco Central do Brasil (BC), autarquia federal integrante do [Sistema Financeiro Nacional](#), foi criado em 31.12.64, com a promulgação da [Lei nº 4.595](#). Antes da criação do Banco Central, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), pelo Banco do Brasil (BB) e pelo Tesouro Nacional.

A SUMOC, criada em 1945 com a finalidade de exercer o controle monetário e preparar a organização de um banco central, tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do redesconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o País junto a organismos internacionais

O Banco do Brasil (BB) desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela SUMOC e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial. O Tesouro Nacional era o órgão emissor de papel-moeda.

Após a criação do Banco Central (BC), buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de "bancos dos bancos". Em 1985, foi promovido o reordenamento financeiro governamental com a separação das contas e das funções do BC, BB e Tesouro Nacional. Em 1986, foi extinta a conta movimento e o fornecimento de recursos do BC ao BB passou a ser claramente identificado nos orçamentos das duas instituições, eliminando-se os suprimentos automáticos que prejudicavam a atuação do BC.

O processo de reordenamento financeiro governamental estendeu-se até 1988, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas progressivamente do BB para o BC, enquanto as atividades atípicas exercidas por esse último, como as relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal, foram transferidas para o Tesouro Nacional.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu dispositivos importantes para a atuação do Banco Central, dentre os quais destacam-se: o exercício exclusivo da competência da União para emitir moeda e a exigência de aprovação prévia pelo Senado Federal, em votação secreta, após arguição pública, dos nomes indicados pelo Presidente da República para os cargos

de presidente e diretores da instituição. Além disso, vedou-se ao BC, a concessão direta ou indireta de empréstimos ao Tesouro Nacional.

A Constituição de 1988 prevê ainda, em seu artigo 192, a elaboração de Lei Complementar do Sistema Financeiro Nacional, que deverá substituir a Lei 4.595/64 e redefinir as atribuições e estrutura do Banco Central do Brasil.

### **3.1 Subfonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural**

Publicado desde 1969, o Anuário Estatístico do Crédito Rural constitui uma das principais fontes de dados, referência e pesquisa sobre a destinação dos recursos alocados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) à agropecuária brasileira.

Na última edição disponível do **Anuário Estatístico do Crédito Rural** (2002), os dados foram consolidados e agrupados basicamente nas seguintes classificações: atividade, finalidade, região geográfica, unidade federativa, município, área financiada, tipo de instituição, fonte de recursos, empreendimento e faixa de financiamento. Merecem destaque especial, os créditos concedidos às cooperativas nacionais e as informações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

É possível, comparando os dados apresentados no último Anuário Estatístico do Crédito Rural com as dos anos anteriores, destacar as aplicações destinadas ao PRONAF (por estado, tipo de empreendimento,

destino dos recursos aplicados e valores) e as aplicações globais destinadas ao Crédito Rural.

Cabe ressaltar que os dados apresentados foram expressos pelos valores nominais constantes nos instrumentos de crédito originariamente pactuados entre produtores e financiadores.

#### Tabelas:

- Evolução dos recursos
- Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas
  - Por atividade e finalidade
  - Por Região Geográfica e Unidade da Federação/ Anual e Mensal
  - Por tipo de instituição e por finalidade /Anual e mensal
  - Por tipo de instituição e por atividade /Anual e mensal
  - Por faixa de financiamento, fonte de recursos e finalidade / Brasil e Unidade da Federação
  - Por área financiada e empreendimento/Brasil e Unidade de Federação
  - Por Unidade da Federação, Município, Atividade e Finalidade
- PRONAF - Financiamentos rurais concedidos no país
  - Fonte de recursos, atividade e finalidade /Brasil e Unidade da Federação
  - Principais produtos, atividade e finalidade / Brasil e Unidade de Federação

#### **4. FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Decreto

nº 1.110, foi criado em 9 de julho de 1970 como resultado da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos criados em 1964.

Nos primeiros anos, com a criação do INCRA, muito mais do que a Reforma Agrária, o que se tentou fazer na época foi a colonização da Amazônia. Levas de migrantes nordestinos foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida.

Com a redemocratização, em 1985, retorna o tema da Reforma Agrária propriamente dita. O Decreto nº 97.766, de 10.10.85, instituiu o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Para isso, criou-se, ainda em 1985, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Mas quatro anos depois, os números alcançados eram ainda muito mais modestos: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Em 1989, o MIRAD foi extinto.

Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da Reforma Agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Como resultado dessa situação ocorreu, em 1987, a extinção do INCRA. A responsabilidade pela Reforma Agrária passou, então, para o Ministério da Agricultura. Em 29.03.89, o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a Reforma Agrária semi-paralisada. Já em 29.04.96, a questão foi vinculada diretamente à Presidência da República, com a criação do

Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente incorporou-se o INCRA.

No governo Lula, esse Ministério Extraordinário foi absorvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que o INCRA tornou-se uma entidade vinculada a esse último. Atualmente o INCRA é composto por quatro superintendências: Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, Superintendência Nacional de Gestão Estratégica, Superintendência Nacional de Gestão Administrativa e Superintendências Regionais.

A Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário é composta por três Coordenadorias:

- Coordenação Geral de Monitoramento e Controle, que possui, por sua vez, três divisões (Divisão de Acompanhamento de Recursos Orçamentários, Divisão de Acompanhamento de Processos Finalísticos e Divisão de Gestão de Sistemas Operacionais);
- Coordenação Geral de Projetos Especiais e
- Coordenação Geral Técnica, que possui quatro divisões (Divisão de Ordenamento Territorial, Divisão de Obtenção e Destinação, Divisão de Implantação e Divisão de Consolidação).

A Superintendência Nacional de Gestão Estratégica é composta por três Coordenadorias que não possuem divisões: Coordenação Geral de Planejamento, Coordenação Geral de Políticas Agrárias e Coordenação Geral de Informática.

Já a Superintendência Nacional de Gestão Administrativa é composta por quatro coordenadorias, cada qual com suas respectivas divisões:

- Coordenação Geral de Recursos Humanos (Divisão de Assistência ao Servidor, Divisão de Administração Pessoal e Divisão de Aperfeiçoamento Funcional);
- Coordenação Geral de Recursos Materiais (Divisão de Licitação e Contratos, Divisão de Administração de Patrimônio e Divisão de Serviços Gerais);
- Coordenação Geral de Finanças (Divisão de Administração Orçamentária e Finanças, Divisão de Execução Orçamentária e Divisão de Execução Financeira) e
- Coordenação Geral de Contabilidade (Divisão de Análise Contábil e Divisão de Prestação de Contas).

Por fim, as Superintendências Regionais são compostas por: Empreendedor Social, Promotoria Judicial, Assessoria, Divisão Técnica, Divisão de Suporte Operacional, Divisão de Suporte Administrativo e Unidades Avançadas.

Um dos objetivos do INCRA é o de agregar todos os dados relativos ao MEIO RURAL BRASILEIRO no Sistema de Informações Rurais (SIR), a ser acessado tanto pelo público interno quanto pelo público externo. O SIR continua em funcionamento, ao mesmo tempo que vem sendo reformulado.

Parte das informações sistematizadas sobre o INCRA e suas subfontes foi levantada através de sete entrevistas realizadas com superintendentes, coordenadores e técnicos responsáveis da instituição. A eles, agradece-se sua atenção e contribuição inestimável.

#### **4.1 Subfonte: Superintendência Nacional de Gestão Administrativa - Coordenação Geral de Finanças**

A competência da Superintendência Nacional de Gestão Administrativa (SA), órgão seccional, consiste em coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e Modernização Administrativa, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais. Sinteticamente, a SA é responsável pelo acompanhamento orçamentário.

Essa Superintendência é composta por quatro Coordenadorias: Coordenação Geral de Recursos Humanos, Coordenação Geral de Recursos Materiais, Coordenação Geral de Finanças e Coordenação Geral de Contabilidade. A Coordenação Geral de Finanças, por sua vez, é responsável por coordenar, supervisionar e controlar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos e controlar e acompanhar os termos contratuais nos aspectos financeiros. Para tanto, essa Coordenadoria possui três divisões: a Divisão de Administração Orçamentária e Financeira, a Divisão de Execução Orçamentária e a Divisão de Execução Financeira.

A Divisão de Administração Orçamentária e Financeira é responsável por elaborar, coordenar, descentralizar e controlar a programação orçamentária e financeira dos recursos internos e externos; promover o acompanhamento e controle do sistema de cadastro de contribuintes; acompanhar e controlar o cumprimento das obrigações financeiras de financiamentos e créditos, inclusive as decorrentes de dívida ativa; movimentar e controlar as contas bancárias e os limites de saque, em conjunto com o ordenador de despesas; identificar, controlar, classificar, apropriar e restituir as receitas diretamente arrecadadas; solicitar, acompanhar e controlar o lançamento dos Títulos da Dívida Agrária e o sistema de cobrança dos títulos de propriedade; efetuar conciliações bancárias; e cadastrar, liberar e controlar recursos dos convênios dentro da modalidade de destaque.

Já à Divisão de Execução Orçamentária compete administrar, acompanhar e controlar a execução orçamentária; incluir dados orçamentários no Sistema Integrado de Administração Financeira, nos níveis de detalhamento de modalidade de aplicação, natureza da despesa e alteração do quadro de detalhamento; emitir relatórios gerenciais; criar planos internos, detalhar o orçamento e promover as devidas descentralizações; promover a supervisão técnica da descentralização e execução orçamentária; e promover a alimentação do Sistema Integrado de Dados Orçamentários.

E à Divisão de Execução Financeira compete promover a emissão de empenhos, anulações e ajustes; promover a verificação, classificação, liquidação das despesas e emissão das respectivas ordens bancárias; movimentar as contas bancárias do Incra, sempre em conjunto com o ordenador de despesas; promover o empenho e transferência contábil dos Títulos da Dívida Agrária; gerenciar a sistemática de convênios, contratos e similares; promover os registros no Sistema de Administração Financeira dos convênios, contratos, ajustes ou similares; e registrar e controlar os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias mantidas em cofre.

#### **4.2 Subfonte: Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário - Coordenação Geral de Monitoramento e Controle**

A Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário é composta por três Coordenadorias: Coordenação geral de Monitoramento e Controle, Coordenação Geral de Projetos Especiais e Coordenação Geral Técnica.

A Coordenação Geral de Monitoramento e Controle possui três divisões: Divisão de Acompanhamento de Recursos Orçamentários, Divisão de

Acompanhamento de Processos Finalísticos e Divisão de Gestão de Sistemas Operacionais.

À Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário compete assegurar o desempenho global dos processos finalísticos das ações da reforma agrária, compreendendo a obtenção racional das terras até a consolidação dos projetos de assentamento; o gerenciamento da estrutura fundiária; a colonização oficial e particular e a discriminação e destinação de terras públicas da União e do INCRA, cabendo administrá-los com o objetivo de atender aos requisitos da clientela rural, visando a preservação da qualidade e da integração de todo o processo.

À Coordenação-Geral de Monitoração e Controle compete monitorar e controlar o desempenho das atividades finalísticas de reforma agrária e dos sistemas operacionais, para que os mesmos atendam às necessidades da clientela beneficiária e às metas definidas pelo INCRA. Para tanto, há que se definir critérios e propor a fixação de normas de execução visando orientar e sistematizar várias atividades, dentre elas, a desapropriação de terras, a aquisição por compra e venda, a discriminação de terras devolutas, a arrecadação e as outras formas de obtenção de imóveis rurais, vinculados à sua destinação, tendo como escopo a sustentabilidade da agricultura familiar.

#### **4.3 Subfonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)**

O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) é um sistema desenvolvido pelo Departamento de Metodologia de Projetos da Diretoria de Assentamento do INCRA, com o intuito de registrar as informações dos processos de reforma agrária no nosso país.

O SIPRA permite o registro de dados de um Projeto de Reforma Agrária, tais como: dados sobre estudos de viabilidade técnica, identificação do Projeto, aspecto fundiário, aspecto de constituição, informações da origem, aspecto fisiográfico, aspectos físicos, educação, apoio social, associativismo, energia elétrica, assistência técnica, plano de desenvolvimento, demandas, problemas e entraves.

O SIPRA permite também o registro de dados dos Candidatos a Beneficiário da Reforma Agrária. Dados como identificação do candidato e do cônjuge, história ocupacional, composição familiar etc. Além disso, o SIPRA ainda permite o registro e a atualização de dados dos Beneficiários de um Projeto de Reforma Agrária sobre exploração agrícola, pecuária, créditos, renda familiar anual, maquinário, infra-estrutura, habitação rural, saúde e treinamento.

#### **4.4 Subfonte: Estatísticas Cadastrais – Ano 1998**

O Cadastro de Imóveis Rurais, criado pelo Estatuto da Terra - Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 - foi efetuado pela primeira vez em 1965/66, abrangendo todo o país. A operação inicial de cadastro declaratório ocorreu na "Semana da Terra" ao final de 1965, quando foram instaladas as Unidades Municipais de Cadastramento - UMC que, mediante convênios com as Prefeituras Municipais, compõem a rede auxiliar de coleta de informações até os dias atuais. Foram cadastrados, naquele momento, 3.220.835 imóveis rurais, perfazendo uma área de 307.250.000 hectares. Com o objetivo de integrar e sistematizar as informações sobre o uso e posse da terra, em 1972 foi instituído o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), pela Lei nº 5.868/72, compreendendo a implantação e a manutenção dos seguintes cadastros, de competência do Incra: Cadastro de

Imóveis Rurais, Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais, Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais e Cadastro de Terras Públicas.

Em 1972, foi realizado o primeiro Recadastramento de Imóveis Rurais, mantendo-se as características básicas do cadastramento de 1966 e iniciada a implantação dos demais cadastros integrantes do SNCR. Para tal, houve implantação dos formulários Declaração para Proprietários (DPP) e Declaração de Parceiros e Arrendatários (DPA), sendo cadastrados, nessa ocasião, aproximadamente 600 mil proprietários e 500 mil parceiros e arrendatários.

Pelo caráter compulsório das revisões gerais, todos os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóvel rural, arrendatários e parceiros rurais, foram obrigados a prestarem declarações ao Incra. Em pouco mais de três meses – de março a maio de 1972 - foram coletadas cerca de 3.400.000 declarações para cadastro de imóveis, totalizando uma área de 370.275.187 hectares.

No Recadastramento de 1978, restrito somente ao cadastro de imóveis rurais, várias alterações foram introduzidas no documento de coleta – Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP), com base na experiência adquirida nas operações anteriores, objetivando melhorar a qualidade das informações. Foram introduzidos novos quesitos nos formulários, como crédito rural, comercialização, nível técnico, etc., e ainda foram mais detalhados os itens referentes a mão-de-obra e produção agrícola, entre outros, o que possibilitou um melhor conhecimento dos indicadores sócio-econômicos do meio rural. Mantendo-se a mesma estrutura operacional de 1972, foram recadastrados 3.071.085 imóveis rurais, abrangendo uma área de 419.901.870 hectares. Observa-se que houve uma redução no número de imóveis, em contraposição ao aumento verificado na área cadastrada.

Dos cadastros rurais previstos no SNCR, somente o Cadastro de Imóveis Rurais foi efetivamente implantado e mantido atualizado ao longo do tempo, em razão, principalmente da tributação da terra. No entanto, com o advento da Lei nº 8.022, de 12.04.90, que transferiu, para o então Departamento da Receita Federal, as atividades relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), impôs-se um novo redirecionamento do SNCR, alterando-se o enfoque - até então tributário - para fins cadastrais propriamente ditos, potencializando a atividade de identificação de áreas aptas à reforma agrária.

Para 1992, planejou-se novo recadastramento, através de ação conjunta, contemplando as atribuições do INCRA e da Secretaria da Receita Federal (SRF). Tendo em vista impedimentos de natureza administrativa, isto não ocorreu. Foram efetuados cadastros em separado, para cada instituição, acarretando subcadastramentos em ambos os levantamentos. O Recadastramento Geral do Incra, implantado a partir de 17.07.1992, data da publicação da Instrução Especial INCRA nº 45/92, sofreu alterações no seu prazo de encerramento, em virtude de acontecimentos que dificultaram o pleno reconhecimento do ato. A falta de esclarecimentos adequados; a associação entre os significados "INCRA" e "ITR", para o público em geral; a antecipação, pela SRF, do seu cadastramento próprio, com a finalidade tributária; e, o retardamento no lançamento da campanha de divulgação do cadastramento do Incra, são fatos que resultaram na prorrogação do Recadastramento, de setembro para dezembro de 1992.

Após a operação do Recadastramento, encerrado em dezembro de 1992, iniciaram-se os procedimentos normais da manutenção cadastral, que representam, a cada ano, aproximadamente 7 % do cadastro. Feita com base nos pedidos de atualização, a manutenção corresponde a inserção de novos imóveis derivados da compra, venda, desmembramento e remembramento de imóveis já cadastrados; a inclusão de outros não recadastrados em 1992; as retificações e os cancelamentos, visando acompanhar as alterações naturais e contínuas das condições vigentes no campo.

As **Estatísticas Cadastrais - Ano 1998** referem-se, portanto, aos dados obtidos no Recadastramento de 1992 e às atualizações efetuadas durante os anos seguintes, refletindo a situação até a data de 03.04.1998. Representam, ainda, o encerramento do ciclo de informações obtidas na forma do atual Sistema Nacional de Cadastro Rural e previsto no III Plano Geral de Estatísticas (PGE), uma vez que as próximas estatísticas serão geradas com base na nova sistemática concebida com o SIR.

Procurando preservar a comparabilidade histórica da série **Estatísticas Cadastrais**, as tabelas publicadas apresentam os dados agregados nos mesmos padrões utilizados para as **Estatísticas Cadastrais - Ano 1992**.

Obs.: As tabelas de número 11.0 até 13.1 e 15.0 até 21.1 contêm erros estatísticos, conforme informação de fonte segura. Por isso, não foram incluídas no **Sistema de informação de informações quantitativas sobre o meio rural brasileiro**.

#### **4.5 Subfonte: Relatório da Ouvidoria Agrária**

O **Relatório da Ouvidoria Agrária** é uma publicação mensal disponível no *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste relatório, que vem sendo realizado desde 1995, pode ser encontrado dados sobre a quantidade de movimentos sociais envolvidos em ocupações de terra, a quantidade de ocupações ano a ano e mês a mês, o número de mortes no campo decorrentes de conflitos etc.. Tal relatório é diretamente vinculado ao Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, que foi criado com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural.

O Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, gestor do Programa "Paz no Campo", tem por missão promover a prevenção e a resolução dos conflitos agrários, devendo proporcionar condições para que o trabalhador rural seja dotado de instrumentos capazes de propiciar a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais, nos termos da Constituição Federal. Dessa forma, cabe ao Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos a coordenação do sistema de reclamações, que são atendidas, gratuitamente, chamadas de todo o país, durante os sete dias da semana. Os interessados podem oferecer denúncias sobre violências no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários, etc..

#### **4.6 Subfonte: Mapa de Controle de Processos Administrativos de Fiscalização (MCF)**

O Banco de Dados do MCF foi criado para permitir um acompanhamento mais eficiente dos processos de fiscalização nas Superintendências, trazendo informações sobre os imóveis e seus proprietários e dando uma noção da quantidade de fiscalizações que estão sendo executadas, sejam elas por qualquer motivo, Portaria 558/1999, Recadastramento, Convênio ITR e etc.

No sentido de otimizar e simplificar o uso do MCF, a última versão traz algumas alterações importantes. Pode-se fazer consultas através do motivo de fiscalização, permitindo com isto direcionar a pesquisa e diversificar as informações pretendidas. Além disso, foram criados relatórios que trazem dados mais detalhados sobre o andamento do processo, encaminhamento, situação do encaminhamento e uma visão quantitativa e percentual dos processos de acordo com o andamento dos mesmos.

#### **5. FONTE: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD)**

Site: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) é um organismo vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tem por objetivo contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, a qualificação do trabalho técnico, a integração entre os centros de pesquisa e a ampliação da participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da

agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais.

Esse núcleo está preparando uma agenda política que busca ampliar o reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar. Com o intuito de fomentar e estimular o processo de autonomia social das organizações sociais está prevista a construção de uma rede de cooperação técnica e científica com vários centros acadêmicos, entidades de pesquisa, movimentos sociais no país, estabelecendo uma relação permanente em torno de uma agenda comum e de ações compartilhadas para o desenvolvimento rural. O DIEESE é uma das organizações que compõem essa rede, sendo que o eixo dessa articulação passa pela consolidação de um novo padrão de desenvolvimento para o país, a partir da inclusão social no campo.

A criação de uma memória dinâmica sobre a reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, integram os objetivos pretendidos pelo NEAD, garantindo assim o acesso à democratização de informações e experiências. Para ampliar a disseminação dessas informações, vem sendo construída uma biblioteca virtual temática sobre desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária e agricultura familiar, integrada à produção de seus diversos parceiros. Textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos considerados de interesse para o debate nacional e internacional podem ser consultados no Portal NEAD. Certamente a proposta do ANUÁRIO DO MEIO RURAL BRASILEIRO insere-se nesse contexto.

O NEAD busca ampliar seu enfoque principal e passa a apoiar a discussão e a formulação das políticas de promoção da igualdade no âmbito do MDA, com destaque para a atuação junto às mulheres trabalhadores rurais,

comunidades remanescentes de quilombos e populações indígenas. A iniciativa busca produzir subsídios para a elaboração, implementação e adequação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Esse Núcleo também tem como objetivo viabilizar estudos que subsidiem a participação daquele Ministério nos fóruns nacionais e internacionais sobre os acordos comerciais. Serão identificados os impactos sobre a agricultura familiar e as políticas internas de desenvolvimento, a análise de produtos sensíveis e a formulação de propostas a serem discutidas com o Ministério de Relações Exteriores, responsável pela condução das negociações, além de outros ministérios envolvidos.

O NEAD vai atuar na articulação de uma rede nacional para a implementação e consolidação do Observatório do Desenvolvimento Rural, fomentando o intercâmbio de informações e experiências para o estímulo de novas iniciativas que levem ao desenvolvimento.

### **5.1 Subfonte: Pesquisa de Campo – 2000. Perfil dos Assentamentos**

Outra fonte importante a ser pesquisada constitui a pesquisa de campo “Perfil dos assentamentos”, realizada em 2000, que embasou o livro **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. De autoria coletiva, o estudo e a publicação de 2004 foram organizados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e constitui o volume 6 da série “NEAD Estudos”. O livro disponibiliza dados e análises sobre os assentamentos do INCRA, criados entre 1985 e 1997.

A pesquisa, denominada de “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”, foi realizada de janeiro de 2000 a

dezembro de 2001, em algumas regiões do Brasil (Sul do Pará – região do Bico do Papagaio, Sertão do Ceará, Zona Canavieira Nordestina, Entorno do Distrito Federal, Sul da Bahia e Oeste de Santa Catarina). E por ser um trabalho pontual e pioneiro, não apresenta série histórica.

O estudo caracteriza-se por seu caráter interinstitucional e multidisciplinar, tendo sido coordenado conjuntamente pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pelo Núcleo de Antropologia da Política, do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUAP/UFRJ).

## **6. FONTE: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO).

O trabalho da CPT abrange todo o território nacional e é desenvolvido com autonomia, possuindo 21 regionais, que correspondem basicamente aos estados da Federação, com exceção da regional Nordeste, que abrange os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; Bahia, da qual faz parte também Sergipe; e do Espírito Santo que integra o Rio de Janeiro. Ainda existe a CPT Goiás, que abrange o Distrito Federal e a região do Araguaia/Tocantins, que cobre o estado do Tocantins e a região do Norte Araguaia do Mato Grosso. Cada regional tem uma coordenação, eleita em Assembléia, de acordo com o regimento interno e um Conselho.

As informações disponibilizadas pela CPT são obtidas por meio de pesquisas primárias - informações levantadas através dos agentes da CPT, presentes nas equipes e regionais - e secundárias - notícias coletadas de jornais de

circulação nacional, estadual ou local; de boletins e diversas publicações de instituições, movimentos sociais, sindicatos e órgãos governamentais. Também constituem fontes de informação da CPT: documentos, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências etc.

### **6.1 Subfonte: DataCPT – Banco de Dados dos Conflitos no Campo**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) disponibiliza um Banco de Dados dos Conflitos no Campo, onde dados são organizados por meio de formulários temáticos que são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito, é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito do mesmo.

Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primárias e secundárias. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, tais como movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia.

Quando os dados fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos agentes da CPT, leva-se em consideração a pesquisa primária.

Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel rural, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações, na contagem dos participantes das mobilizações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), considera-se o número inicial de

peças, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

Ressalta-se que são registrados somente os conflitos que envolvem trabalhadores. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Note-se que muitos conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados.

## **7. INFORMAÇÕES SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES E SUBFONTES DE INTERESSE**

Uma das características do Sistema de Informações sobre o Meio Rural Brasileiro é que ele não assuma o caráter de um produto final, fechado, fixo. Assim, ele sempre poderá ser o ponto de partida para novas inclusões, dando continuidade ao levantamento iniciado.

Citam-se, a seguir, algumas fontes e subfontes de informações de interesse sobre o meio rural brasileiro ainda não exploradas ou não exploradas devidamente:

- FONTE: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):
  - Subfonte: Programa de Ações Afirmativas / Programa de Promoção de Igualdade de Raça, Gênero e Etnia;
  - Subfonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
  - Subfonte: Secretaria de Agricultura Familiar: Mapeamento da Agricultura Familiar e Levantamento das entidades ligadas;
  - Subfonte: Secretaria da Agricultura Familiar: Programa de Apoio Nacional ao Desenvolvimento da Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares (PRONAF Agregar);

- Subfonte: Pesquisa de Campo 2000 – Perfil dos Assentamentos;
- FONTE: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):
  - Subfonte: Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS (RIBaC);
  - Subfonte: Projeto Gênero e Reforma Agrária;
- FONTE: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):
  - Subfonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- FONTE: Ministério do Meio Ambiente;
- FONTE: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):
  - Subfonte: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) – Programa Fome Zero;
- FONTE: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); especialmente as tabulações sobre o emprego formal nos setores da “Agroindústria” e dos “Serviços voltados à agropecuária”;
- FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):
  - Subfonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), planejada para aferir o emprego urbano e rural a partir de 2005;
  - Subfonte: Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), 2002-2003;
  - Subfonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2000;
- FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):
  - Subfonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 1991-2000, em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- FONTE: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER);
- FONTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG);
- FONTE: Instituto Observatório Social (IOS);

- FONTE: Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
- FONTE: Fundação SEADE, da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo:
  - Subfonte: Sensor Rural;
  - Subfonte: Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP);
- FONTE: Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo;
- FONTE: Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.